



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº <u>2499/21</u>
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>Indica ao Governador do Estado de Rondônia extenso à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, à necessidade dos profissionais de educação de receberem a vacina contra o COVID-19, no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>O Parlamentar que subscreve, nos termos do artigo 146, inciso VII, c/c artigo 188 do Regimento Interno, indica ao Governo do Estado com cópia à SESAU, a imprescindível necessidade dos profissionais da educação, para que tenham prioridade em receber a vacina contra o COVID-19, considerando a extrema importância do retorno às aulas presenciais com o máximo de segurança possível.</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que a presente Indicação possui o objetivo de proporcionar mais segurança tanto para os alunos matriculados na rede de ensino, como também para os educadores das instituições de ensino que estarão se colocando à disposição da população em geral, com o contínuo propósito de colaborar com o progresso da educação e do futuro do país. Vale ressaltar que, diante dos últimos acontecimentos, a humanidade vive em mundo caótico, buscando incessantemente por esperança de dias melhores. Portanto, a medida responsável a ser adotada, deve ser a imunização do quadro de servidores da educação, assegurando a continuidade do trabalho educacional com segurança e responsabilidade.</p> <p>Dessa forma, o propósito, notoriamente, é garantir um serviço mais seguro a todos que frequentam as instituições de ensino. Portanto, a aplicação da dose da vacina contra o COVID-19 nos profissionais da educação, é imprescindível para que o retorno das aulas presenciais ocorra o mais rápido possível, além de garantir o devido fortalecimento da defesa do organismo dos educadores. Contribuindo dessa forma, para um menor risco de propagação do coronavírus no ambiente educacional.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>Neste sentido, é cediço destacar que compete privativamente ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 65, incisos III e VII, da Constituição Estadual, iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição do Estado, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei.</p> <p>Diante do exposto, pugna-se aos nobres Pares o apoio para o devido encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Porto Velho – RO, 26 de fevereiro de 2021.</p> <p>Deputado Estadual ANDERSON PEREIRA PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Esta indicação, com fulcro nos Art. 146, inciso VII c/c Art. 188 do Regimento Interno, tem como objetivo recomendar quanto à necessidade dos profissionais de educação de receber a vacina contra o COVID-19, no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Neste contexto, vale ressaltar que a Indicação ora proposta, objetiva por parte do Poder Executivo, a adoção de medidas que visam a imprescindível necessidade dos profissionais da educação, de entrar no grupo prioritário para o recebimento da vacina contra o COVID-19, considerando a extrema importância do retorno às aulas presenciais com o máximo de segurança possível. Vale ressaltar que, indubitavelmente, a medida apresentada, trará benfeitorias a todas as pessoas que frequentam as unidades da rede de ensino, públicas e privadas, do Estado de Rondônia.</p> <p>Ademais, é importante destacar que compete privativamente ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 65, incisos III e VII, da Constituição Estadual, iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos na Constituição do Estado, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei.</p> <p>Do exposto, pela importância do tema é que peço apoio aos nobres parlamentares ao encaminhamento da presente Indicação.</p>			